ros—*Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira—Artur Aguedo de Oliveira—Adolfo do Amaral Abranches Pinto—Américo Deus Rodrigues Thomaz—Paulo Arsénio Virissimo Cunha—José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich—Manuel Maria Sarmiento Rodrigues—Fernando Andrade Pires de Lima—Ulisses Cruz de Aguiar Cortês—Manuel Gomes de Araújo—José Soares da Fonseca.*

Alteração aos estatutos do Banco de Portugal, aprovada pela assembleia geral extraordinária do mesmo Banco reunida em 3 e 8 de Outubro de 1951 e a que se refere o Decreto-Lei n.º 38:478, desta data:

O artigo 29.º do capítulo IV, os artigos 30.º e 34.º do capítulo V e o artigo 42.º do capítulo VIII dos estatutos do Banco de Portugal aprovados pelo Decreto n.º 19:962, de 29 de Junho de 1931, com as alterações introduzidas, na parte respectiva, pelas assembleias gerais extraordinárias de 7 de Março de 1946 e 15 de Agosto de 1949, são alterados como segue:

O artigo 29.º passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 29.º

A parte da circulação fiduciária e demais responsabilidades à vista que exceda a importância correspondente ao valor da reserva referida no artigo 26.º deverá ser completamente garantida por ouro amoldado ou em barra e divisas não incluídos na reserva, pelos títulos da dívida pública portuguesa que hoje substituem os que foram ao Banco entregues, nos termos do n.º 1.º da cláusula 8.ª e § 4.º da cláusula 13.ª do contrato de 29 de Junho de 1931, pelos saldos que tiverem os débitos do Tesouro ao Banco de Portugal, pelo saldo temporário da conta corrente a que se refere o artigo 41.º, pelo total das promissórias descontadas ou redescontadas ao abrigo da permissão estabelecida na alínea d) do n.º 1.º do artigo 30.º, com o limite fixado no § 3.º deste último artigo, pela carteira comercial e pela soma dos empréstimos com caução, de efeitos comerciais ou de títulos do Estado Português concedidos a instituições comuns de crédito ou a instituições a estas equiparadas por lei.

Ao n.º 1.º do artigo 30.º é acrescentada nova alínea, nos termos seguintes:

d) Promissórias do Fomento Nacional com vencimentos não superiores a cinco anos.

Ao corpo do mesmo artigo 30.º são acrescentados os dois parágrafos seguintes:

§ 3.º

A importância global das promissórias descontadas ou redescontadas por efeito do disposto na alínea d) do n.º 1.º deste artigo não poderá, em qualquer tempo, exceder o limite de 500:000 contos.

§ 4.º

No quantitativo do desconto directo não serão contadas para os efeitos da limitação estabelecida no § 1.º do presente artigo as importâncias globais das promissórias do Fomento Nacional e dos aceites bancários de que o Banco for portador por desconto.

A alínea j) do artigo 34.º é substituída pela seguinte:

j) Conceder, directa ou indirectamente, suprimentos ao Estado ou prestar qualquer forma de garan-

tia a operações de crédito por ele realizadas, salvo nas condições e casos previstos na alínea d) do n.º 1.º e n.º 11.º do artigo 30.º e no artigo 41.º, bem como às autarquias locais.

O artigo 42.º e seu § único passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 42.º

O Banco não poderá pôr à disposição do Estado ou de estabelecimentos dependentes do Estado, directa ou indirectamente, por via de suprimentos ou descobertos, quaisquer importâncias, salvo nas condições e casos previstos no artigo anterior, na alínea d) do n.º 1.º do artigo 30.º e no n.º 11.º deste último artigo.

Também não poderá garantir letras do Tesouro ou outras quaisquer obrigações do Estado ou de estabelecimentos dele dependentes nem efectuar pagamentos de conta do Estado para os quais não existam no Banco fundos àquele pertencentes, para tal fim imediatamente disponíveis.

§ ÚNICO

O preceituado neste artigo não impedirá que entre o Banco e os institutos de crédito dependentes do Estado possam realizar-se quaisquer operações de carácter bancário permitidas pelos presentes estatutos.

Ministério das Finanças, 29 de Outubro de 1951.—
O Ministro das Finanças, *Artur Aguedo de Oliveira.*

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto n.º 38:479

O Decreto n.º 37:279, de 14 de Janeiro de 1949, instituiu o serviço de franquia de correspondências postais por meio de máquinas de franquiar, o qual está sendo já utilizado pelos usuários dos correios, telégrafos e telefones.

Entende-se agora oportuno ampliar as vantagens da-quele serviço à franquia das encomendas postais.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º As disposições do Decreto n.º 37:279, de 14 de Janeiro de 1949, passam a ter aplicação no serviço de encomendas postais.

Art. 2.º Consoante o preceituado nos regulamentos, nacional e internacional, no que respeita à franquia por meio de selos, as impressões mecânicas devem ser aplicadas quer nas próprias encomendas, no ângulo superior direito do lado do endereço, quer nos respectivos boletins de expedição, modelo CP 2.

Art. 3.º É permitida a utilização de impressões de franquia aplicadas sobre tiras de papel ou em etiquetas, a colar nos invólucros das encomendas que não sejam com valor declarado.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Outubro de 1951.—FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar—Manuel Gomes de Araújo.*